

# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I – O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DE PUNIBILIDADE .....</b>	<b>19</b>
1.1. A concepção subjetiva .....	21
1.1.1. Os fundamentos jusnaturalistas da formulação contratualista .....	21
1.1.2. A formulação contratualista liberal da modernidade ..	24
1.1.3. O caráter imperativo do poder estatal .....	27
1.1.4. A formalização jurídica do poder estatal .....	32
1.1.5. Síntese das críticas à concepção subjetiva .....	41
1.2. A classificação do poder punitivo como um elemento essencial do Estado, juridicamente definido .....	45
1.3. A perspectiva processual da punibilidade .....	48
1.4. Conteúdo básico do conceito de punibilidade .....	49
1.5. Especificação conceitual da punibilidade .....	52
1.5.1. Obstáculos para a distinção entre punibilidade e penalidade .....	57
1.5.1.1. A equiparação dos conceitos de punibilidade e penalidade .....	58
1.5.1.2. A distinção entre a possibilidade jurídica de aplicação de pena e a própria pena....	59
1.5.1.3. A confusão terminológica .....	60
1.5.2. Critérios para a distinção entre punibilidade e penalidade.....	61
1.5.3. Síntese conclusiva das diferenças entre punibilidade e penalidade .....	63

- 1.5.4. A definição da punibilidade concreta, e sua distinção em relação à punibilidade abstrata..... 64

**Capítulo II – CLASSIFICAÇÃO DA PUNIBILIDADE CONCRETA NA TEORIA DO DELITO ..... 69**

- 2.1. A formulação quadripartida original referida à punibilidade abstrata ..... 70
- 2.2. A crítica lógico-formal ao aspecto tautológico do conceito de delito..... 75
- 2.2.1. A classificação da punibilidade como uma “característica” do delito..... 79
- 2.2.2. A retórica terminológica ..... 82
- 2.3. A confusão entre a punibilidade concreta e a penalidade. 84
- 2.4. A confusão entre o delito e o ilícito penal ..... 88
- 2.5. A simplificação positivista de referência legal..... 89
- 2.6. A formulação residual..... 90
- 2.7. Síntese da análise e formulação de um conceito integral de delito que compreende a punibilidade concreta ..... 95

**Capítulo III – A AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO COMO FUNDAMENTO DA PUNIBILIDADE..... 101**

- 3.1. O desenvolvimento do conceito teórico funcional de bem jurídico ..... 102
- 3.1.1. A crítica funcionalista sistêmica à função atribuída ao bem jurídico na teoria do delito..... 109
- 3.1.2. A crítica à indeterminação do conteúdo objetivo do conceito de bem jurídico..... 113
- 3.1.3. O sentido do conceito de bem jurídico referido à punibilidade concreta ..... 122
- 3.2. A classificação da afetação do bem jurídico na estrutura tripartida do delito ..... 123
- 3.2.1. Os conceitos “formal” e “material” de delito ..... 124
- 3.2.2. O bem jurídico como referência geral dos elementos do delito ..... 125
- 3.2.3. A antijuridicidade concreta e a tipicidade material ..... 126

<b>Capítulo IV – A CLASSIFICAÇÃO DA AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO EM UM CONCEITO INTEGRAL DE DELITO.....</b>	<b>139</b>
4.1. A utilização do critério do merecimento de pena para a inclusão de um conteúdo material no conceito estrutural de delito.....	140
4.1.1. O desenvolvimento do fundamento do merecimento de pena .....	142
4.1.2. A função prática do merecimento de pena.....	147
4.1.3. A diferença entre o merecimento de pena e o merecimento de tutela penal.....	157
4.1.4. A necessidade de pena como consequência do ilícito penal merecedor de pena.....	163
4.1.5. Os diferentes efeitos do merecimento e da necessidade de pena.....	171
4.1.6. Os problemas da proposição funcionalista sistêmica da finalidade preventiva da pena .....	178
4.1.7. A ausência de uma categoria adequada para a classificação do merecimento de pena na estrutura tripartida do delito.....	181
4.2. Uma proposta de classificação da afetação do bem jurídico na estrutura quadripartida do conceito integral de delito.	188
<b>Capítulo V – DINÂMICA DA PUNIBILIDADE CONCRETA.....</b>	<b>191</b>
5.1. A implementação da punibilidade .....	192
5.1.1. O impropriamente chamado “resultado jurídico” ..	193
5.1.2. A distinção entre a consumação do fato típico e a afetação do bem jurídico.....	201
5.2. A eliminação da punibilidade .....	206
5.2.1. As causas que eliminam a punibilidade .....	208
5.2.1.1. A exclusão da punibilidade .....	216
5.2.1.2. A extinção da punibilidade e exclusão da penalidade.....	226
5.2.1.3. A extinção da penalidade.....	245
5.2.2. A necessidade de pena como fundamento para eliminar a punibilidade .....	259
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>261</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>265</b>